

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

MAJ (USMC) JUSTIN M. SANDERS

PODER, AGRESSÃO E PACIÊNCIA ESTRATÉGICA:

Desafiando a Hegemonia dos Estados Unidos da América na América Latina

Rio de Janeiro

2018

CEMOS-2018

PODER, AGRESSÃO E PACIÊNCIA ESTRATÉGICA:

Desafiando a Hegemonia Dos Estados Unidos da América na América Latina

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Raphael Corrêa Silva

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

A suprema arte da guerra é subjugar o inimigo sem lutar.
Sun Tzu, A Arte da Guerra (tradução nossa)

RESUMO

Por mais de cem anos, os Estados Unidos da América dominaram os negócios no Hemisfério Ocidental, incluindo a América Latina e o Caribe. O período resultante de relativa estabilidade na região permitiu a Washington perseguir interesses em todo o mundo e ascender a uma posição no topo da ordem internacional. Outros estados têm e estão tentando desafiar essa hegemonia. A União Soviética, durante as fases finais da Guerra Fria, empregou uma estratégia em duas frentes que se baseava nos serviços de segurança, a fim de tentar perturbar permanentemente a influência dos Estados Unidos na região. Embora Moscou tenha alcançado alguns sucessos, sua estratégia acabou fracassando. Mais recentemente, desde aproximadamente 2004, a China também demonstrou o desejo de penetrar na América Latina e no Caribe como um meio de diminuir a relativa segurança dos Estados Unidos. Análises iniciais sugerem que Pequim está apoiando-se principalmente, em uma abordagem indireta que alavanca sua economia em detrimento de outros instrumentos do poder nacional. Até os dias atuais, a estratégia da China produziu algumas vitórias preliminares, mas é necessário aguardar para determinar se haverá um impacto duradouro nas relações hemisféricas. Empregando a teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer como um paradigma analítico, esta monografia visa identificar as principais variáveis que levaram aos fracassos soviéticos em desafiar a hegemonia regional dos Estados Unidos durante a Guerra Fria e como a abordagem chinesa hoje pode levar a resultados diferentes.

Palavras-chave: Grande competição de potências. Realismo ofensivo. Hegemonia. América Latina e Caribe. Guerra Fria. Nicarágua. Iniciativa Faixa e Estrada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Artilharia antiaérea
ALC	América Latina e no Caribe
CEMA	Conselho de Assistência Econômica Mútua
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
EUA	Estados Unidos da América
ELP	Exército de Libertação do Povo (da China)
IFE	Iniciativa Faixa e Estrada
OEA	Organização dos Estados Americanos
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	Metodologia.....	9
2	PERSPETIVA TEÓRICA: REALISMO OFENSIVO.....	11
2.1	Biografia de John Mearsheimer.....	11
2.2	Anarquia e a luta pelo poder.....	14
2.3	Apelo de <i>hegemony</i>	17
2.4	O poder dos mares.....	19
2.5	Síntese.....	20
3	INFLUÊNCIA SOVIÉTICA NA AMÉRICA LATINA DURANTE A GUERRA FRIA.....	21
3.1	Antecedentes históricos.....	21
3.2	Estratégia Soviética.....	24
3.3	O caso da Nicarágua.....	26
3.4	A falha Soviética na América latina.....	30
3.5	Síntese.....	32
4	ATIVIDADES CONTEMPORÂNEAS DA CHINA.....	34
4.1	Aspectos gerais da competição entre China e EUA.....	34
4.2	Estratégia chinesa aplicado na América Latina.....	37
4.3	O caso da Iniciativa Faixa e Estrada.....	40
4.4	Os sucessos Chineses na América latina.....	43
4.5	Síntese.....	44
5	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Por mais de cem anos, os Estados Unidos da América (EUA) têm atuado como o principal árbitro dos assuntos no Hemisfério Ocidental, especialmente na América Latina e no Caribe (ALC). Embora as origens da “Doutrina Monroe” (1823) estivessem firmemente enraizadas em impedir que os poderes coloniais europeus interferissem com as ambições expansionistas dos EUA nas Américas, a política transformou-se em uma estratégia que, se não explicitamente, implicitamente exigia a dominação total dos EUA da região. Aproveitando todos os instrumentos do poder nacional para incluir a aplicação da força militar em várias ocasiões, Washington conseguiu estabelecer relativa tranquilidade na região, permitindo que os EUA defendessem seus interesses fora de seu próprio hemisfério.

Apesar das posturas belicosas que sustentam a Doutrina Monroe, outras grandes potências procuraram desafiar a hegemonia regional dos EUA. Após a conclusão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde o poderio industrial e mão-de-obra da América provaram ser fundamentais na luta contra o nazifascismo na Europa e o imperialismo japonês na Ásia, os EUA ocuparam uma posição invejável no sistema internacional como o mundo grande poder preeminente. No entanto, os EUA rapidamente se viram presos à competição global com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cuja ideologia social oposta, a poderosa economia de comando e as forças armadas de cabo nuclear procuraram deslocar a América de seu lugar de destaque. A Guerra Fria (1947-1991) foi um conflito travado principalmente por procuração, fato atribuído à destruição mútua assegurada que acompanharia qualquer confronto direto entre os inimigos armados nucleares do Oriente e do Ocidente.

Com os EUA e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) praticamente sentados à porta do Kremlin, a URSS, naturalmente, procurou retribuir ampliando a influência soviética e o comunismo na ALC. Quase imediatamente encontraram um cúmplice disposto em Fidel Castro e suas forças revolucionárias em Cuba. Embora no início a estratégia

soviética buscasse uma presença militar muito mais aberta em toda a região, essas ações provocaram fortes reações dos EUA que forçaram a mudança de postura de Moscou em várias ocasiões. Para evitar qualquer confronto aberto, a URSS acabou adotando uma estratégia de duas frentes, em que Moscou tentaria expandir os laços econômicos, diplomáticos e culturais evidentes, e ao mesmo tempo, buscar fomentar a revolução por meio de ações secretas. Apesar de ser uma abordagem lógica, essa estratégia nunca chegou perto de alcançar seu objetivo de comprometer a hegemonia dos EUA na ALC.

Atualmente, os EUA ainda ocupam uma posição no topo da ordem internacional, embora, mais uma vez, encontrem-se em divergência com outra grande potência. A China, nos últimos quarenta anos, orquestrou uma das mais incríveis histórias de desenvolvimento da era moderna. Transformou-se de um estado atrasado e atingido pela pobreza em um dínamo econômico global de alta tecnologia. A "ascensão da China", no entanto, não foi e não será desprovida de conflito. Pequim rotineiramente desafia as normas internacionais estabelecidas, principalmente em situações envolvendo o Japão, e está ampliando seus interesses em todo o mundo, dificultando a caracterização da China como nada além de uma orientação revisionista internacional.

Por definição, isso pressionará a China a entrar em conflito com o *status quo* mais proeminente do sistema internacional – desafiar a hegemonia dos EUA na LAC será uma característica necessária de qualquer grande estratégia chinesa que busque ajustar as “regras do jogo” em algo que proporciona uma preponderância de benefícios aos interesses de Pequim. Surpreendentemente, a China optou por empregar seu poder econômico em vez de sua capacidade militar, buscando provocar mudanças. A Iniciativa Faixa e Estrada (IFE)¹ parece

¹ IFE é uma iniciativa de desenvolvimento chinesa que busca aumentar a conexão com outros países ao redor do mundo por meio de uma variedade de meios para incluir, mas não se limitando, a infraestrutura, políticas e intercâmbio cultural.

ser a política central desse esforço. Tendo sido formalmente estabelecida apenas em 2013, ainda é muito cedo para determinar se a IFE poderá atrapalhar a forte influência de Washington em toda a ALC sem forçar Pequim a empregar seu arsenal militar. Inicial e aparentemente, a política apresenta frutos, sobretudo com o Panamá cortando laços com Taiwan em favor de relações diplomáticas formais com a China.

Para ajudar a explicar o comportamento da URSS e da China em relação aos EUA, a teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer servirá como um paradigma conceitual útil. A essência de sua teoria é que, em um mundo anárquico, onde todos os estados possuem a capacidade de subjugar outros, buscando acumular o máximo de poder possível para a sua sobrevivência. A teoria estipula, sob uma ótica utópica, que a posição mais desejável para um estado é ser o *hegemon*². Ou, alternativamente, ser tão poderoso que nenhum outro estado possa ameaçar a existência do *hegemon*. Dada a frequência dos conflitos ao longo do curso da humanidade, é óbvio que essa tarefa é muito mais simples de descrever teoricamente que a implementar na realidade.

1.1 Metodologia

Usando uma metodologia de estudo de caso comparativa, este trabalho procura entender por que a URSS falhou em seus esforços para desafiar a hegemonia regional dos EUA durante os estágios finais da Guerra Fria, e posteriormente, determinar se existem semelhanças com os esforços contemporâneos da China para mostrar influência americana na ALC. Filtrar as estratégias soviéticas e chinesas através das lentes teóricas de Mearsheimer ajudará a expor variáveis que explicam a razão pela qual Moscou se apoiou tão fortemente em suas forças de

² Hegemon é um termo usado para descrever o estado mais poderoso dentro de um sistema internacional. Este estado é tipicamente capaz de influenciar outros atores estatais através do uso de seus instrumentos de poder nacional.

segurança e aparatos de inteligência enquanto Pequim está claramente tentando alavancar seu instrumento econômico de poder nacional para alcançar seus objetivos geopolíticos.

2 PERSPETIVA TEÓRICA: REALISMO OFENSIVO

*O triste fato é que a política internacional sempre foi um negócio cruel e perigoso, e é provável que continue assim.*³

O objetivo deste capítulo é explorar os contornos teóricos que definem o conceito de “Realismo Ofensivo” na esperança de que ele possa explicar as motivações, objetivos e ações da era da Guerra Fria e da China contemporânea no Hemisfério Ocidental. Inicialmente, vamos explorar a vida de John Mearsheimer, arquiteto-chefe da teoria e defensor, para entender melhor a confluência de fatores que permitiram sua elaboração de um modelo que muitos acreditam descrever apropriadamente as interações das grandes potências. Em seguida, discutiremos os pressupostos centrais da teoria, que explicam por que as grandes potências buscam eternamente vantagens absolutas de poder sobre seus rivais e, além disso, por que a hegemonia é considerada seu objetivo final. Por último, seguindo esta discussão geral da teoria, vamos focar atenção adicional em uma consideração que Mearsheimer rotulou como “o poder dos mares,” o qual irá ser proeminente em qualquer discussão de potências distantes tentando projetar sua influência através dos oceanos Atlântico e do Pacífico nas Américas.

2.1 John Mearsheimer

John Mearsheimer é, em muitos aspectos, a personificação de contradições. Enquanto, por um lado, seus óculos de armação fina, cabelos grisalhos e cabelo curto refletem facilmente a epítome de um acadêmico convencional que oferece conselhos não solicitados, e muitas vezes pouco práticos, aos oficiais do governo. Por outro lado, apresenta perspectivas não convencionais – muitas vezes rebeldes – sobre o papel acadêmico (KAPLAN, 2012) nas

³ John Mearsheimer, *A Tragédia das Grandes Política de Poder*, New York, 2001, p. 2, (tradução nossa).

relações exteriores. Da mesma forma, sua personalidade acolhedora e amistosa trai a retórica dura e ameaçadora que ele emprega para articular sua teoria do Realismo Ofensivo em sua obra seminal *The Tragedy of Great Power Politics*. Essas dicotomias, no entanto, desvendam uma melhor compreensão das influências que moldaram a visão de Mearsheimer de seu papel como cientista político.

Como um dos cinco filhos nascidos de pais de ascendência germano-irlandesa no Brooklyn, Nova York, em 1947, Mearsheimer desenvolveu seu próprio senso de originalidade e inconformismo no início da vida. Apesar de uma clara falta de interesse em política ou assuntos mundiais, seus pais incutiram um senso de honestidade inabalável e uma apreciação pelo trabalho duro que serviu bem a Mearsheimer ao longo de sua carreira (KREISLER, 2002).

Ao deixar a casa de seus pais quando era adolescente, Mearsheimer se alistou como soldado de infantaria no Exército dos Estados Unidos em 1965, no mesmo momento em que os Estados Unidos estavam ampliando seu envolvimento com a guerra no Vietnã. Seu tempo como um "grunt"⁴ foi de curta duração, no entanto. Reconhecendo seu potencial intelectual, Mearsheimer recebeu rapidamente uma nomeação para a Escola Militar dos Estados Unidos em West Point. “Eu na verdade não gostei das forças armadas como instituição”, observou Mearsheimer durante uma entrevista em 2002. “Eu não gosto de fazer a barba. . . Eu não gosto de uniformes. Eu não gosto de autoridade. Então, não havia nada sobre as forças armadas que eu achasse compatível com minha personalidade básica”. Não surpreendentemente, ele terminou no terço inferior de sua classe (KAPLAN, 2012).

Independentemente de sua autoproclamada aversão à cultura marcial, Mearsheimer admite calorosamente que está "profundamente agradecido pela [experiência]" que seus dez anos no poder militar lhe proporcionaram. Notavelmente, foi em West Point, onde ele primeiro se apaixonou pela paixão de sua vida: a ciência política. E, enquanto servia como oficial da

⁴ Soldado da infantaria normalmente dos postos/graduações mais baixos.

Força Aérea, ele foi capaz de continuar sua educação ao obter um mestrado pela University of Southern California. Ele concluiu um doutorado da Cornell University antes de realizar pesquisa de pós-doutorado em Harvard (KAPLAN, 2012; MEARSHEIMER, 2017). “Eu discordei de quase tudo que li, eu não venerava ninguém. Eu descobri o que pensava por sabendo com o que eu não estava de acordo.”, afirma Mearsheimer durante uma discussão com Robert Kaplan em 2012 para a revista *The Atlantic*. Esse senso de obrigação profissional de questionar constantemente a sabedoria convencional levou-o a concluir que “seu trabalho como cientista político não é melhorar o mundo, mas dizer o que ele acha que está acontecendo nele” (KAPLAN, 2012).

Equipado com uma unidade valente para buscar a verdade e a ética de trabalho puritana necessária para perseverar, Mearsheimer tem desafiado os estabelecimentos de política acadêmica e governamental por décadas (KAPLAN, 2012) com seus pontos de vista controversos. Em particular, porém, é sua obra-prima de 2001, “A Tragédia das Grandes Política de Poder,” que provou ser sua contribuição mais provocativa. Representando a culminação de mais de uma década de rigor intelectual e, na realidade, uma experiência vitalícia, ele apresenta de maneira técnica e prática seu argumento para “o Realismo Ofensivo.” Com base em suposições e inquilinos que parecem quase intuitivos, enquanto enriquece seu ponto de vista com numerosos exemplos históricos, Mearsheimer deixa ao leitor sem alternativas, a não ser aceitar sua teoria. Esse poder explicativo é uma das razões pelas quais a tragédia é considerada por alguns como uma das obras mais influentes da era pós-Guerra Fria (KAPLAN, 2012).

Mesmo com apenas uma revisão superficial da vida de John Mearsheimer, como a apresentada aqui, fica claro que sua compreensão da geopolítica está quase sem paralelo. Como oficial militar e acadêmico, dedicou o trabalho de sua vida para desvendar a mecânica de grandes lutas pelo poder. Ele fez isso para não angariar manchetes, contratos de consultoria

lucrativos ou bolsas de estudo de prestígio, mas para realmente contribuir para um corpo de conhecimento que nos ajuda a entender os conflitos mais importantes da história da humanidade, i.e., os das grandes potências.

Podemos concluir, portanto, que a teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer é relevante para este estudo. Embora a “Tragédia das Grandes Política de Poder” não explore as atividades soviéticas ou chinesas com algum grau de detalhamento na América Latina, é razoável supor que, dada a importância concedida para alcançar a hegemonia, a teoria de Mearsheimer será capaz de fornecer entendimentos úteis sobre esses dois países, materializados por meio de esforços destes Estados para minar a influência dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental.

2.2 Anarquia e a luta pelo poder

Puro e simples, segundo Mearsheimer, o mundo é um lugar fundamentalmente perigoso. Como tal, os estados estão em constante busca de poder para ganhar vantagem sobre os rivais que os manterão seguros e garantirão sua existência futura (MEARSHEIMER, 2001). Está simples equação sobre o comportamento mais básico dos atores estatais no sistema internacional forma a base conceitual para a teoria do realismo ofensivo. Para entender por que os estados são obrigados a agir dessa maneira, é necessário primeiro explorar cinco pressupostos subjacentes que criam um ambiente onde o medo, a autoajuda e o poder são primordiais (MEARSHEIMER, 2001).

Para começar, a primeira suposição é que o sistema internacional é anárquico. Isso não quer dizer que seja naturalmente caótico, com estados agindo de forma irregular, por vezes contra seus próprios interesses. A anarquia, nesse sentido, refere-se a um "princípio de ordenação". Simplesmente não existe autoridade superior à qual todos os estados do sistema

estejam contemplando (MEARSHEIMER, 2001). Isso pressupõe um alto grau de autonomia, já que ninguém está dizendo aos estados o que fazer, bem como um alto grau de insegurança, já que não há garantia de que os estados se ajudarão mutuamente se houver algum problema. Naturalmente, como qualquer um que vive em um bairro rústico, os estados se armaram para lidar com essa insegurança (MEARSHEIMER, 2001).

Esse processo contínuo de armar leva-nos à segunda suposição, que é a de que todos os estados possuem alguma forma de capacidade ofensiva (MEARSHEIMER, 2001). É importante notar que o propósito designado de qualquer arma é irrelevante. Por exemplo uma peça de artilharia antiaérea (AAA), é concebida, por natureza, como um armamento defensivo, i.e. não se pode abater uma aeronave hostil com este tipo de armamento se essa aeronave for armazenada com segurança em um hangar distante. A aeronave tem que estar voando dentro do alcance da peça AAA, fato que, teoricamente, é um ato de agressão utilizando aronaves. Assim, o emprego da peça AAA, nesta situação, seria defensivo. Entretanto, esta mesma peça AAA pode ser usada para realizar fogo direto para engajar um quartel do exército de um estado vizinho, caracterizando um emprego ofensivo. Destarte, torna-se claro que a aquisição de qualquer sistema de armas significa que o Estado que o obtém possui a capacidade de atacar outro estado. A partir deste aspecto, as intenções e atitudes dos Estados tornam-se importantes.

Como todos os estados possuem a capacidade de atacar os outros, a terceira suposição é que os estados nunca podem estar certos das intenções de outros estados (MEARSHEIMER, 2001). Isso pode sugerir um nível de paranóia persistente dentro da psyché de cada Estado, mas isso não indica necessariamente que os estados sejam naturalmente agressivos (MEARSHEIMER, 2001). Pode ser que todos tenham objetivos benevolentes. No entanto, não há como saber com certeza se um estado quer conflito ou cooperação (MEARSHEIMER, 2001). Nas palavras de Mearsheimer: "[eles podem] ter intenção ofensiva de acompanhar as capacidades ofensivas."

Dada toda a incerteza e perigo que as suposições anteriores retratam, a quarta suposição postula que os estados possuem um desejo intrínseco de sobreviver (MEARSHEIMER, 2001). Especificamente, eles querem “manter a integridade territorial e a autonomia de sua ordem política doméstica” (MEARSHEIMER, 2001). Os Estados podem e buscam outros interesses, como direitos humanos ou democracia, mas nunca o fazem às custas da segurança (MEARSHEIMER, 2001). Essa afirmação não é amoral nem condenatória. É impossível para um estado defender uma causa maior quando ela é conquistada por um rival, portanto, a segurança é sempre a prioridade número um do estado.

A suposição final é que os estados agem racionalmente (MEARSHEIMER, 2001). Ou, em outras palavras, eles “pensam estrategicamente” (MEARSHEIMER, 2001). Eles planejam, vislumbram as consequências e buscam minimizar os riscos. Certamente, os estados podem calcular mal ou adotar políticas ruins, mas eles não agem de forma imprudente ou com intenções suicidas.

Juntos, esses cinco pressupostos direcionam os estados para três tipos de comportamento (MEARSHEIMER, 2001). Primeiro, grandes potências temem umas às outras, sempre se observando com suspeita (MEARSHEIMER, 2001). Como exemplo, a França e o Reino Unido expressaram grande apreensão durante a reunificação alemã no final da Guerra Fria, mesmo tudo sido fortes aliados por quase 45 anos (MEARSHEIMER, 2001). Em seguida, os estados reconhecem que são responsáveis por sua própria sobrevivência - não há “911” para discar no caso de serem atacados (MEARSHEIMER, 2001). Por fim, para amenizar seus medos e garantir que eles possam sobreviver se forem atacados, os estados tentam maximizar sua potência (MEARSHEIMER, 2001). Em última análise, eles desejariam de ser tão poderosos que dominariam o anárquico sistema internacional obtendo a hegemonia global (MEARSHEIMER, 2001).

2.3 Apelo de hegemony

Apesar da simplicidade da tarefa - para maximizar a potência não é fácil para os estados tornarem-se hegemônicos. De fato, ao longo da história, hegemonias são geralmente a exceção e não a regra. Mas, antes de descrever as metas para alcançar a hegemonia, é importante primeiro discutir o conceito de “noção de poder” sob a ótica de Mearsheimer.

O “poder” revela-se sob duas formas: potencial e real (MEARSHEIMER, 2001). O poder potencial é refletido pelo tamanho da população de um estado e sua riqueza (MEARSHEIMER, 2001). A lógica do poder potencial é que, para ter um grande exército bem equipado, você deve primeiro ter um grupo considerável para recrutar, bem como uma economia vibrante capaz de produzir sistemas de armas tecnologicamente avançados. O exército de um estado, bem como umas forças navais e aéreas constituem o poder real de um estado (MEARSHEIMER, 2001). Dada a importância que Mearsheimer atribui ao controle físico do território, os exércitos são o instrumento mais valioso que os estados possuem, pois são os únicos que podem realmente “ocupar e manter o território” (MEARSHEIMER, 2001).

Já, dadas as definições de poder apresentadas no parágrafo anterior, é fácil perceber as dificuldades que os estados enfrentam quando tentam acumular poder, sendo pior se tem como objetivo alcançar hegemonia global. A maioria dos estados não é capaz de acumular poder potencial suficiente para começar a transição para uma grande potência. Ou seja, eles são incapazes de estruturar sua sociedade ou economia de uma maneira que gera uma população saudável e rica. Alguns estados superam esses obstáculos e acumulam uma grande quantidade de poder potencial, sendo capazes de transformá-lo em poder real. Quando isto ocorre, esses estados contestarão rivais em sua própria região. É mais natural ter conflitos com Estados limítrofes, eles representam uma ameaça imediata e as necessidades logísticas são muito mais simples que uma campanha ultramarina. Destarte, torna-se mais provável que os estados

alcancem uma hegemonia regional tal como Europa, Ásia ou as Américas, do que uma região ultramarina (MEARSHEIMER, 2001).

Os EUA servem como um exemplo quase singular de hegemonia regional duradoura. Por mais de 100 anos, os EUA exerceram influência sobre o Hemisfério Ocidental sem comparação. Embora a crença americana de que os Estados Unidos devam servir como único árbitro de assuntos no Hemisfério Ocidental tenha sido articulada pela primeira vez pelo Presidente James Monroe em 1823, depois referida como a Doutrina Monroe, essa declaração foi um pouco prematura segundo os idealizadores do Realismo Ofensivo.

Os Estados Unidos certamente beneficiaram-se de uma base em expansão de poder potencial durante o final do século XIX, entretanto, essa capacidade latente não seria traduzida em poder real até a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial. A Grande Guerra serviu como um catalisador para uma expansão maciça do poder industrial que, conseqüentemente, gerou um crescimento econômico sem precedentes. Contabilizando apenas 1,8% da economia global em 1820, a economia dos Estados Unidos representou um notável valor de 28,6% em 1960 - quase um terço da riqueza mundial (GAT, 2008). Da mesma forma, os aumentos nos gastos de defesa durante este período, em termos absolutos e relativos, permitiram vitórias definitivas durante duas guerras mundiais e garantiram que os Estados Unidos possuíssem o maior arsenal de equipamento militar mundial. Possuindo sobretudo, armas nucleares.

É importante ressaltar que a geografia também desempenhou um papel significativo nessa conquista. Mesmo que não seja formalmente classificado como um pré-requisito para a hegemonia, características geográficas favoráveis naturalmente vinculadas ao poder potencial, fornecem vantagens intrínsecas que outros estados não têm como desenvolver independentemente. Para os Estados Unidos, essas vantagens incluem o compartilhamento de fronteiras com apenas dois outros estados, sendo estes relativamente fracos, bem como a proteção semelhante à muralha dos oceanos Atlântico e Pacífico.

Coletivamente, essas condições permitiram que os Estados Unidos exercessem um grau de influência no Hemisfério Ocidental, por meio do qual nenhum outro estado dentro das Américas tem o poder real ou potencial de desafiar seu controle sobre os assuntos regionais. Assim, segundo a definição da teoria, os Estados Unidos obtiveram a hegemonia dentro dos limites de sua região contígua e desfrutaram das consideráveis vantagens de segurança que acompanham esse status.

2.4 O poder dos mares

Grandes massas de água, como os oceanos da Terra, representam um formidável obstáculo que nenhuma grande potência conseguiu suplantar no caminho da hegemonia global. Os estados são territórios por natureza, e são seus exércitos que garantem a soberania e conseqüentemente a sobrevivência deles. Isso é o aspecto mais importante do poder real. Mearsheimer cita o equilíbrio de poder durante a Guerra Fria como evidência, já que, durante esse período, os Estados Unidos eram significativamente mais ricos que a União Soviética e possuíam forças navais e de aviação mais avançadas. No entanto, o Reino Unido, a França, a China e outros países aliaram-se aos Estados Unidos por temerem o imenso exército soviético (MEARSHIEMER, 2001).

A barreira que os mares representam a água apresenta para os exércitos é a dificuldade de manter as necessidades logísticas em quantidades suficientes para suplantar as defesas de outra grande potência (MEARSHEIMER, 2001). Isso explica, segundo Mearsheimer, por que o Reino Unido nunca foi conquistado e, como já discutido, como os Estados Unidos alcançaram a hegemonia regional. Alguns podem argumentar que essas limitações podem ser superadas pelos avanços nas tecnologias de guerra anfíbia, no entanto, deve-se notar que desenvolvimentos paralelos em capacidades de anti-acesso / negação de área - como ferrovias,

minas navais e mísseis de longo alcance - muitas vezes reverterem a vantagem ao defensor (MEARSHEIMER, 2001).

2.5 Síntese

Neste capítulo, examinamos a teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer, que servirá como paradigma através do qual os esforços soviéticos e chineses para contestar a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe serão examinados.

Inicialmente, exploramos a vida pessoal e profissional do autor da teoria, a fim de buscar credibilidade. Tendo dedicado sua vida ao estudo da grande competição de poder - e levando em consideração a influência que suas idéias exercem no âmbito geopolítico - fica claro que Mearsheimer é uma autoridade no assunto e que sua teoria do realismo ofensivo é amplamente respeitada.

O conceito central da teoria de Mearsheimer é que os estados que navegam em um sistema internacional anárquico buscam aumentar seu próprio poder para garantir sobrevivência. Idealmente, um estado acumula tanto poder que domina o sistema. Utopicamente, devido às dificuldades em projetar poder através de grandes massas de água, o melhor que um estado pode esperar é a hegemonia regional. Os Estados Unidos, desde a conclusão da Primeira Guerra Mundial, desfrutam dessa rara posição no Hemisfério Ocidental.

Embora possa ser verdade que os Estados Unidos não tenham rivais regionais, houve e atualmente existem outras grandes potências aspirantes dentro do sistema internacional. E enquanto se concentram primeiro em consolidar o poder e alcançar a hegemonia em sua própria região, nunca perdem de vista o fato de que enfraquecer a influência dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental é necessário para maximizar sua própria segurança e, assim, garantir sua sobrevivência.

3 INFLUÊNCIA SOVIÉTICA NA AMÉRICA LATINA DURANTE A GUERRA FRIA

O objetivo deste capítulo é, primeiro, fornecer antecedentes históricos relacionados às atividades soviéticas em toda a ALC durante a Guerra Fria e, em segundo lugar, descrever várias dificuldades encontradas por Moscou que podem tê-las proibido de alcançar seus objetivos estratégicos na região.

Como ponto de partida, tentaremos enquadrar as atividades comunistas na América Latina dentro do contexto da maior luta da Guerra Fria entre o Leste e o Oeste. Especificamente, examinaremos de perto a estratégia soviética para a região, a fim de determinar os meios que empregaram para perseguir seus objetivos e, em última análise, o que eles esperavam alcançar. Um estudo mais minucioso da experiência soviética com o governo sandinista na Nicarágua ajudará a ilustrar os desafios que Moscou enfrentou ao tentar estender sua influência e poder em todas as Américas. Por último, comparando as políticas soviéticas com as proscritas pela teoria do realismo ofensivo, poderemos destacar várias explicações possíveis para o eventual fracasso da URSS em desafiar a hegemonia dos EUA na ALC.

3.1 Antecedentes Históricos

A Guerra Fria tem sido tradicionalmente caracterizada como uma luta absolutista dirigida ideologicamente entre formas competitivas de organização política e econômica – capitalismo e comunismo – cada uma com seu próprio poder para defender a causa (WESTADE, 2017). Com os EUA servindo como representante emblemático do Ocidente capitalista e a URSS como baluarte do Oriente comunista, uma rivalidade foi gerada, chegando a um nível tão elevado, que alguns estudiosos argumentam que constituía o próprio sistema

internacional (WESTADE, 2017). Sob outra ótica, segundo Westade, “a Guerra Fria não decidiu tudo, mas influenciou a maioria dos eventos” durante a segunda metade do século XX (WESTADE, 2017). Nesse sentido, havendo um envolvimento em escala global promovido pelas duas potências supracitadas, a América Latina, como outras partes do mundo em desenvolvimento, desempenharia um papel proeminente, embora periférico, na determinação do resultado do “conflito”.

Embora a preeminência do poder americano no alvorecer da Guerra Fria fosse razoavelmente intuitiva, tendo como premissa que o estado emergiu relativamente incólume - se não mais forte - do inferno da Segunda Guerra Mundial⁵, a ascensão da União Soviética como concorrente de pares não é tão lógica. A experiência da União Soviética na luta contra a Alemanha nazista foi visceral e deixou a nação “destruída” (LEWIS, 2005). Estimativas aproximadas colocam o número de mortos em 27 milhões de cidadãos soviéticos, com infraestrutura urbana, agrícola e industrial quase obliterada (LEWIS, 2005). No entanto, a geografia e a história proporcionaram aos soviéticos várias vantagens das quais os Estados Unidos não se beneficiaram quando a guerra chegou ao fim em 1945.

Embora a partilha de uma longa fronteira terrestre com a Europa continental tivesse provocado uma responsabilidade prematura durante o conflito, ela transformaria uma virtude imediatamente após a guerra, permitindo que o Exército Vermelho retivesse o controle do território que ele havia tomado da ocupação nazista (GADDIS, 2005). Os americanos, por outro lado, acabariam sendo obrigados a transferir a maioria de suas forças de volta para os Estados Unidos. Além disso, a economia de comando soviética tinha, antes da guerra, demonstrado

5 Ao contrário de outros beligerantes durante a Segunda Guerra Mundial, a santidade da pátria continental americana nunca foi penetrada. Os Estados Unidos, em grande parte, travaram uma campanha expedicionária em território estrangeiro. Isso protegeu tanto a população americana quanto a economia americana da destruição debilitante e dos horrores sofridos pelos países europeus e asiáticos. O historiador John Lewis Gaddis sugere: “se poderia haver uma “boa guerra”, então esta, para os Estados Unidos, chegou perto.” (GADDIS, 2005)

certas vantagens por conseguir e manter quase pleno emprego – um feito que os sistemas capitalistas vizinhos não chegaram perto de alcançar (GADDIS, 2005). E, apesar da destruição causada pela guerra, a economia soviética mostrou-se surpreendentemente resistente nos anos do pós-guerra, com rendimentos médios retornando aos seus níveis pré-guerra em menos de uma década (HARRISON, 2011). Além disso, tendo recusado uma oferta americana de estender os benefícios do plano Marshall à União Soviética, essa recuperação pareceu refletir verdadeiramente os méritos do modelo econômico comunista, dando-lhe maior credibilidade.

O controle estatal sobre os recursos decorrentes da produção da URSS também permitiu que os soviéticos priorizassem as exigências do estabelecimento de defesa em detrimento de outras demandas competitivas do consumidor (BERSTEIN, 1989). Com todos reunidos para ser o principal poder terrestre do mundo, com um exército permanente de milhões, *i.e.* na linguagem do Realismo Ofensivo, converter o poder potencial de uma massa de terra eurasiática rica em matérias-primas e mão-de-obra em instrumentos de guerra como o fuzil de assalto AK-47 e o transporte de pessoal blindado BMP-1 – apenas aumentaram ainda mais as capacidades militares soviéticas, ajudando a consolidar a posição da URSS como uma grande potência da era moderna.

Assim, o palco estava montado para uma competição global, um novo “Grande Jogo,” que colocaria os capitalistas dos Estados Unidos contra a União Soviética comunista, deixando quase nenhum canto da terra incólume. A Europa e a Ásia Oriental – devido à proximidade, ameaça e tesouro – sempre se colocariam no topo das prioridades estratégicas da União Soviética, mas outras regiões acabariam exigindo a atenção de Moscou. Em particular, quando a Guerra Fria consolidou-se, ganhar a lealdade das nações em desenvolvimento no chamado “Terceiro Mundo” tornou-se cada vez mais importante. Economicamente, eles forneceram as matérias-primas e os mercados de exportação necessários. Ideologicamente, a adoção do modelo comunista e seu apoio em fóruns internacionais ajudaram a legitimar as políticas

soviéticas. Militarmente, seus conflitos forneciam os necessários campos de batalha substitutos para que inimigos nucleares armados “sangrassem os narizes um do outro”, sem arriscar a destruição mutuamente garantida da guerra termonuclear global.

3.2 Estratégia Soviética

O interesse soviético na América Latina oscilou amplamente ao longo da Guerra Fria. Às vezes, a região era avaliada como de "baixo interesse", pois não existia nenhum proletariado industrial para provocar uma revolução marxista-leninista nas sociedades agrícolas principalmente rurais (CIA, 1977; DINERSTEIN, 1966; WILSON, 1988). A Crise dos Mísseis de Cuba foi o clímax das tensões de todo o período da Guerra Fria. No entanto, ao longo do tempo, uma estratégia soviética coerente tomou forma, cujo propósito principal era desafiar a influência dos Estados Unidos em toda a ALC (WILSON, 1988).

Desde 1917, após o sucesso da Revolução Bolchevique na Rússia, o governo soviético tentou cortejar governos latino-americanos e organizações simpatizantes da ideologia comunista (CIA, 1977; DINERSTEIN, 1966). Muitos desses esforços, no entanto, mostraram-se malsucedidos devido tanto à distração de outros desafios na terra eurásiana, como à própria ignorância do soviete em relação aos assuntos latino-americanos (CIA, 1977). A Revolução Cubana em 1959, liderada pelos irmãos Fidel e Raul Castro, foi um momento crucial, se não oportuno, para as relações de Moscou com a região. Oportuno, no sentido de que os soviéticos não tinham depositado grande confiança na capacidade dos Castros de provocar mudanças, por isso foi uma surpresa estratégica quando Fidel finalmente expulsou o presidente Fulgêncio Batista. Este momento também poderia ser considerado fundamental, pois propiciou à União Soviética, pela primeira vez durante o conflito, “a oportunidade de desafiar os Estados Unidos à sua própria porta” (COHEN, 2015).

A Crise dos Mísseis Cubanos em 1963 no entanto, mostrou que o entusiasmo soviético pode ter sido demasiado. O posicionamento de armas nucleares dentro de 90 milhas dos Estados Unidos continentais quase resultou em uma invasão americana de Cuba e uma provável escalada para a guerra nuclear em grande escala, que provavelmente, não era o deslinde esperado das ações promovidas pelos soviéticos. Avançando a partir desse ponto, a União Soviética desenvolveu uma estratégia em duas frentes para a região. Por um lado, eles buscariam maior influência diplomática, econômica e cultural por meio de interações regulares de governo a governo. Por outro lado, eles se esforçaram para apoiar grupos revolucionários ou antiamericanos através da prestação de assistência militar, bem como uma variedade de atividades de propaganda e influência que foram denominadas pelos próprios soviéticos como “medidas ativas” (DOS, 1987; WILSON, 1988).

Seguindo essa estratégia em duas frentes, os soviéticos foram capazes de promover seus interesses através de relações normais com o Estado, no entanto, seu engajamento mais substancial ocorreu clandestinamente no âmbito da comercialização de equipamentos militares. Por volta de 1985, no que tange ao comércio de itens não militares, a União Soviética comercializava regularmente com quase todos os estados latino-americanos com um total de exportações para a região atingindo US \$ 1,65 bilhões e importações de US \$ 2,85 bilhões (WILSON, 1988). Esse comércio incluía alimentos e minério de ferro do Brasil, metais do Peru e cereais da Argentina. De fato, criticamente, a Argentina tornou-se a maior fornecedora de grãos para a União Soviética devido ao embargo de grãos de 1979, implementado pelos Estados Unidos (WILSON, 1988). Moscou também foi capaz de alavancar sua influência diplomática para angariar apoio às políticas soviéticas. Vários países, notadamente Argentina e Brasil, buscaram relações mais estreitas com a União Soviética, enquanto, ao mesmo tempo, tentavam se distanciar dos Estados Unidos (WILSON, 1988).

Para complementar essa abordagem do *soft power*, os soviéticos investiram recursos e esforços significativos em várias ações envolvendo as forças armadas, as agências de inteligência e a indústria de defesa. As vendas de armas para a região aumentaram de US \$ 600 milhões em 1973 para US \$ 3,6 bilhões em 1981 (WILSON, 1988). Embora grande parte desse equipamento e apoio fosse destinada a Cuba e à Nicarágua, o Peru adquiriu 350 tanques T-54/55 e 50 aviões de combate tipo *Sukhoi 22* com um acompanhamento de 200 conselheiros militares soviéticos (WILSON, 1988). Operações secretas e clandestinas também foram realizadas para apoiar grupos rebeldes comunistas baseados no Chile, Peru, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Equador e Colômbia (WILSON, 1988). Muitas vezes, esses esforços envolviam o fornecimento de armas e material entregue por terceiros, como o Vietnã ou a Argélia, para preservar o anonimato soviético (CIA, 1982). Em outros cenários, como a Nicarágua, onde militares soviéticos serviam como assessores de membros-chave das forças armadas, um maior grau de envolvimento soviético direto complicou o aspecto do sigilo (CIA, 1982). Por último, ressalta-se que várias forças armadas e pessoal de inteligência latino-americanos receberam treinamento na União Soviética, que além da instrução militar, servia como meio para promover sua doutrinação na ideologia comunista (DOS, 1987).

Embora essa estratégia em duas frentes tenha sido aplicada em toda a região, o caso da Nicarágua serve como uma ilustração esclarecedora de como os soviéticos empregavam toda a gama de ferramentas que estavam à sua disposição, mas ainda eram incapazes de alcançar plenamente os objetivos que haviam estabelecido.

3.3 Estudo de caso: Nicarágua

Logo depois que os rebeldes sandinistas esquerdistas derrubaram o regime dinástico de Anastasio Somoza da Nicarágua em 1979, a União Soviética, seguindo a estratégia delineada

na seção anterior, estabeleceu ansiosamente relações diplomáticas formais entre estados e o novo governo liderado por Daniel Ortega em janeiro de 1980. Depois de uma série de reveses comunistas em outras partes da região, particularmente no Chile, Moscou estava ansiosa para garantir a sobrevivência do revolucionário governo sandinista e ajudar em sua consolidação (CIA, 1982). Isso não somente era percebido como “política e simbolicamente importante” para a União Soviética, como Moscou também desejava estabelecer uma posição continental nas Américas que complementaria Cuba e servir como “canal para a revolução em outras partes do hemisfério” (CIA, 1982).

Embora ansiosos em aproveitar a oportunidade para “melhorar sua posição enquanto punham Washington na defensiva”, os soviéticos permaneciam bem conscientes dos riscos que corriam ao operar tão ousadamente nas Américas (CIA, 1986). Como resultado, suas políticas em relação à Nicarágua visavam metas de curto e longo prazos. Mais imediatamente, eles queriam demonstrar a capacidade da União Soviética de "desempenhar um papel crítico em uma esfera de influência privilegiada dos Estados Unidos", alimentar o antiamericanismo na América Latina e fortalecer a posição de Cuba como benevolente "patrono latino" para os governos em dificuldades na região (CIA, 1986). Ainda no futuro, as esperanças de Moscou eram que a Nicarágua forneceria uma base estratégica da qual as forças soviéticas poderiam ampliar sua influência e poder. Idealmente, eles viram oportunidades para estabelecer acesso a instalações aéreas e navais, bem como para instalar sites de inteligência de sinais – exatamente como haviam feito em Cuba e no Vietnã (CIA, 1986).

A importância atribuída ao sucesso do empreendimento da Nicarágua está refletida nos recursos dedicados a apoiar esse esforço. Os países do bloco soviético destinaram US\$ 480 milhões nos primeiros dois anos do regime sandinista para desenvolver projetos agrícolas, de infraestrutura e de comunicação, em uma época em que Moscou era reticente em fornecer assistência econômica direta (CIA, 1982). Os técnicos civis do bloco soviético na Nicarágua

também foram responsáveis por um escalonamento de 4.200 dos 5.570 funcionários destacados para a América Latina e o Caribe em 1982 (CIA, 1982). Da mesma forma, organizações regionais, como o Conselho de Assistência Econômica Mútua (CEMA), liderado pelos soviéticos, foram mobilizadas em curto prazo para fornecer alimentos que complementaram o cancelamento das remessas dos Estados Unidos após a derrubada de Samoza (CIA, 1982). O comércio entre os estados da Nicarágua e CEMA também cresceu exponencialmente – a participação da CEMA nas importações da Nicarágua aumentou de 0% em 1980 para 26% em 1984 (DOS, 1987).

Talvez impressionantes por si só, as ações diplomáticas e econômicas tradicionais se mantiveram em comparação com a assistência militar geral prestada à Nicarágua. "A ajuda militar soviética à Nicarágua aumentou de US \$ 6 milhões em 1980 para US \$ 250 milhões em 1984, caiu para US \$ 115 milhões em 1985 e saltou para US \$ 580 milhões em 1986", segundo estimativas do Departamento de Estado dos EUA. Até 1987, acredita-se que esse apoio tenha se estabilizado em US \$ 500 milhões por ano (JOHNS, 1987). O equipamento e o suporte incluíam tanques, helicópteros de ataque, aeronaves de transporte, embarcações de patrulha costeira, artilharia de foguetes, artilharia antiaérea, bem como treinamento de pilotos e armas de pequeno porte (CIA, 1982). Alguns governos regionais mostraram-se preocupados com a rápida militarização de seu vizinho, no entanto o uso inteligente de terceiros e intermediários ajudou os soviéticos a intimidar sem provocar (DOS, 1987).

Coletivamente, esses esforços começaram a apresentar resultados. Campos de treinamento da Nicarágua abrigaram rebeldes de toda a região e o país foi usado como um ponto de referência para remessas de armas para El Salvador, Guatemala e Honduras (CIA, 1982). Um pacto secreto de defesa estabelecido entre Havana e Manágua em 1979 serviu para aproximar os dois prodígios mais bem-sucedidos de Moscou, reforçando a posição comunista na região (CIA, 1982). Além disso, Manágua demonstrou disposição para adotar práticas

comunistas mais identificáveis, tentando reorganizar a economia nicaraguense e o partido político sandinista para se alinhar ao modelo soviético clássico (CIA, 1987). Poder-se-ia argumentar que os soviéticos alcançaram com sucesso seus objetivos de curto prazo, no entanto, ficaram aquém de realizar seu objetivo de longo prazo de projetar o poder militar soviético convencional da Nicarágua.

Várias limitações restringiram os esforços soviéticos para transformar completamente a Nicarágua em um aliado do Pacto de Varsóvia, o que possibilitaria a base e as operações das forças soviéticas nas Américas. A restrição mais significativa foi o considerável desequilíbrio militar entre os Estados Unidos e a União Soviética na região. Moscou reconheceu tanto a capacidade quanto a vontade de Washington de agir de forma decisiva se realmente sentiam que os interesses de segurança nacional dos EUA estavam em jogo. A invasão de Granada, em 1983, por exemplo, foi uma clara prova recente da prontidão dos Estados Unidos em usar a força militar para impedir até mesmo mínimos ganhos comunistas (CIA, 1987). Essa suposição serviu como restrição significativa às futuras ações soviéticas. Apesar das ações intensas realizadas no começo deste “projeto” soviético, não havia provas que indicassem que a União Soviética estava disposta a agir diretamente com a força militar, sob quaisquer circunstâncias, para preservar o regime sandinista (CIA, 1987). Também impactou o tipo de equipamento militar que eles estavam dispostos a fornecer aos sandinistas. Especificamente, os soviéticos abstiveram-se de entregar aviões de combate MIG - apesar de terem treinado pilotos nicaraguenses para pilotá-los - já que as capacidades dessas aeronaves poderiam ser vistas como uma ameaça estratégica pelos americanos (CIA, 1987). Em vez disso, os soviéticos concentraram suas remessas de armas naquelas que poderiam ser razoavelmente descritas como necessárias para combater uma contra insurgência, como a que os sandinistas estavam travando contra os Contras.

A necessidade de ocultar, em parte, a extensão do envolvimento soviético direto no país também foi resultado da estratégia de Moscou para não provocar uma resposta vigorosa de Washington. Esse foi um fator determinante para o uso soviético tão extenso dos cubanos como intermediários (CIA, 1987).

3.4 Falha Soviética na América Latina

Refletindo sobre as principais premissas da teoria do Realismo Ofensivo de Mearsheimer, o fracasso estratégico soviético na América Latina pode ser explicado por dois fatores principais. Primeiro, embora muito claramente, a União Soviética fosse uma grande potência nos anos 80, ela não havia alcançado a hegemonia dentro de sua própria região. Mearsheimer descreve isso como um pré-requisito necessário para que os estados tentem envolver-se em comportamento belicoso com outras hegemonias regionais. Durante esse período, por exemplo, enquanto apoiavam vigorosamente o regime sandinista na Nicarágua, a União Soviética tentava simultaneamente preservar uma aliança arruinada do Pacto de Varsóvia, dissuadir as ameaças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em suas fronteiras ocidentais e também insurgência esmagadora em sua fronteira sul no Afeganistão. Os recursos destinados à Nicarágua foram substanciais e identificam facilmente o estado como prioridade. No entanto, eles não se comparam com os US \$ 3-12 bilhões por ano que os soviéticos gastaram para manter a luta contra os Mujahedeen no Afeganistão, nem contra os 20.000 soldados soviéticos que perderam suas vidas naquele conflito (JOHNS, 1987). Com demandas de segurança como estas, literalmente, em seu próprio quintal, não houve como os soviéticos conseguirem reunir recursos para legitimamente ameaçar a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe.

Em segundo lugar, eles nunca foram capazes de superar o desafio apresentado pelo “poder de parada da água”. A agressão detectável na América Latina e no Caribe provocou, com no mínimo, fortes contramedidas dos Estados Unidos. A crise dos mísseis cubanos, no início do conflito, demonstrou a capacidade da América de negar a liberdade soviética de navegação dentro do hemisfério ocidental. Os Estados Unidos também ajudaram a derrubar um regime comunista na Guatemala (1954), ajudaram a Bolívia a derrotar as guerrilhas comunistas (1967) e forneceram apoio secreto no Chile para remover Salvador Allende (1973) (COHEN, 2015).

Como demonstrado na Nicarágua, Moscou tornou-se cada vez mais dependente de Havana para implementar a estratégia soviética na região como um meio de lidar com essa tirania da distância. Isso também veio com desvantagens. Fidel Castro certamente compartilhava uma visão de mundo semelhante aos comunistas, e em certa medida, dependia de seu patrocínio, mas “ele não era de modo algum um fantoche, no sentido de que os regimes do Leste Europeu eram” (COHEN, 2015). O afastamento proporcionou a Castro um grau de independência que seus colegas da Europa Oriental não desfrutavam. Isso significava que ele poderia tomar medidas que apoiassem seus próprios interesses políticos, mesmo que não estivessem necessariamente alinhados com as preferências soviéticas. Essas divergências podem explicar os fracassos de Castro em implementar plenamente os regimes comunistas em lugares como Jamaica, Guiana, Granada, Bolívia e outros lugares. Eles também representaram a fraqueza soviética quando foram forçados a adaptar uma abordagem imperfeita para tratar com os desafios apresentados pelos oceanos Atlântico e Pacífico.

3.5 Síntese

Os Estados Unidos e a União Soviética emergiram da Segunda Guerra Mundial como os dois estados mais poderosos do sistema internacional, e foram portanto, preparados para o conflito. Embora a maior parte da competição mais conhecida da Guerra Fria tenha ocorrido na Europa e na Ásia, a América Latina e o Caribe também foram considerados de maneira proeminente na estratégia de cada grande potência. Preservar sua hegemonia em toda a região era o foco dos Estados Unidos, enquanto a ênfase soviética estava em desafiar esse domínio. Certamente, a propagação da ideologia comunista era importante, mas o objetivo principal de Moscou era ser capaz de exercer o poder militar convencional na América Latina da mesma maneira que Washington fez na Alemanha Ocidental, no Japão e na Coreia. Em outras palavras, os soviéticos queriam acabar com a hegemonia dos Estados Unidos.

Após a resolução da crise dos mísseis cubanos, os soviéticos adotaram uma estratégia em duas frentes para perseguir seu objetivo nas Américas. Admitindo um desequilíbrio de poder regional relativo, eles escolheram engajar-se, prioritariamente, em uma base diplomática aberta de governo a governo, e secundariamente, em um nível mais discretamente e subversivo usando o aparato militar e de segurança. Por um período, essa estratégia foi eficaz. As relações diplomáticas melhoraram, o comércio expandiu, a popularidade das organizações políticas de tendência esquerdista cresceu, e talvez o mais significativo, grupos guerrilheiros comunistas armados começaram a proliferar. Em nenhum outro lugar isso ficou mais óbvio do que na Nicarágua durante os anos 80, quando os soviéticos, trabalhando com seus aliados cubanos, investiram recursos significativos ao longo da década para consolidar uma posição comunista continental.

No entanto, Moscou nunca foi capaz de alcançar seu objetivo final de enfraquecer a supremacia dos Estados Unidos na região e a teoria do Realismo Ofensivo ajuda a explicar o

porquê. Mais importante ainda, a União Soviética não era um *hegemon* dentro de sua própria região. Moscou estava constantemente enfrentando os desafios de segurança da OTAN na Europa Ocidental, da China na Ásia e dos Estados Unidos, Japão e Coreia no Oriente. O atoleiro auto induzido no Afeganistão também poderia ser adicionado a essa lista. Puxada em tantas direções ao mesmo tempo, a União Soviética nunca poderia concentrar recursos suficientes na ALC para realmente chocar os Estados Unidos. Além disso, as dificuldades de estender sua influência através das vastas extensões dos oceanos Atlântico e Pacífico limitaram a capacidade dos soviéticos em conduzir operações por conta própria. Necessariamente, eles começaram a contar com parceiros locais, especialmente os cubanos, para implementar suas políticas. Isso forneceu a ofuscação necessária que limitaria as contramedidas de Washington. Também significava que Moscou havia cedido o controle de muitos detalhes a seus interlocutores que compartilhavam interesses similares, mas não idênticos.

No final, nem a União Soviética nem seus parceiros cubanos efetivamente expandiram a influência comunista em toda a região. Curiosamente, outra grande potência emergente começou recentemente a expandir sua presença na ALC. A China, com uma enorme população e economia monstruosa, pareceria ter o poder latente necessário para desafiar uma hegemonia regional. Mas como isso irá consolidar sua posição dentro de sua própria região e lidar com as barreiras dos oceanos do mundo determinará se ela terá o mesmo destino que a União Soviética.

4 ATIVIDADES CHINESAS CONTEMPORÂNEAS NA AMÉRICA LATINA

O foco deste capítulo será, em primeiro lugar, discutir a natureza da concorrência que atualmente está em desenvolvimento entre os Estados Unidos e a China, e em segundo lugar, explorar mais detalhadamente a abordagem estratégica chinesa na ALC.

Para começar, será necessário explorar a “ascensão da China” e se essa ascendência no sistema internacional pode ocorrer pacificamente. Como parte desse debate, apresentaremos as ideias de “guerra irrestrita”, conceito que muitos observadores acreditam formar a base conceitual para a grande estratégia chinesa contemporânea (CORN, 2010). Uma componente chave da guerra irrestrita é a busca da vitória no conflito por meio de uma “abordagem indireta”, onde o instrumento militar do poder nacional não é a principal ferramenta empregada para “obrigar nosso inimigo a fazer nossa vontade” (CORN, 2010). Um olhar mais atento às atividades econômicas chinesas na ALC - especificamente a IFE - fornecerá insights sobre a projeção de poder de Pequim nas Américas e, por fim, avaliaremos os sucessos chineses na região contra a teoria ofensiva. Realismo e analisar os possíveis impactos na continuação da hegemonia dos Estados Unidos na região.

4.1 Antecedentes Históricos

Desde a década de 1970, a China tem perseguido implacavelmente uma estratégia de desenvolvimento nacional que transformou o estado de uma potência média agrária, empobrecida e subdesenvolvida, em uma grande potência emergente, próspera e orientada pela tecnologia. As políticas econômicas chinesas tiraram quase 700 milhões de pessoas da pobreza, criaram a segunda maior economia do mundo com um PIB nominal de US \$ 14 trilhões e aumentaram o comércio exterior do país com mais de 120 estados (YING, 2014). Embora essa

transformação econômica meteórica seja motivo de admiração, ela não ocorreu isoladamente de interesses nacionais paralelos, mais especificamente segurança.

Embora a defesa nacional sempre tenha constituído uma das “quatro modernizações” como parte da estratégia global de desenvolvimento da China iniciada em 1978, a transformação das forças armadas intensificou-se nos últimos anos com a emissão de “Novas Missões Históricas” pelo então presidente Hu Jintao (RINEHART, 2016). Desde a promulgação dessa nova orientação, os gastos com defesa aumentaram oficialmente em média 9,5% ao ano, dando à China o segundo maior orçamento militar do mundo depois dos EUA (RINEHART, 2016). As forças terrestres do Exército de Libertação do Povo (ELP) são o maior dos quatro ramos militares, com cerca de 1,6 milhão de soldados. As Forças Terrestres beneficiaram-se significativamente com esses aumentos nos gastos com defesa, adquirindo o maior tanque de batalha não pertencente à OTAN, o ZTZ-99A, além de dobrar seu inventário de Veículos de Combate de Infantaria e Transportadores de Pessoal Blindados (RINEHART, 2016). Eles também fizeram esforços para profissionalizar sua força através de treinamento e educação aprimorados, bem como de expurgar oficiais vistos como corruptos ou desleais (RINEHART, 2016).

Os outros serviços, como a Força Aérea do ELP e a Força Foguetes⁶ do ELP também aumentaram significativamente suas capacidades, no entanto, a modernização da Marinha do ELP é particularmente relevante para esta discussão por causa de seu caráter inerentemente expedicionário, e pela capacidade implícita de projeção de poder. Para começar, o número de navios capitais nos esquadrões de fragatas, destróieres e submarinos praticamente dobrou entre 2004 e 2014, melhorando sensivelmente a capacidade de uma Marinha de águas azuis (O'ROURKE, 2018). Além disso, três navios anfíbios de classe Yuzhao tipo 71 foram

⁶ Força Foguetes é um ramo das forças armadas chinesas encarregado de empregar mísseis e foguetes terrestres táticos e estratégicos, incluindo os capazes de entregar armas nucleares.

comissionados em 2007, 2011 e 2012, ampliando a gama de opções disponíveis para a Marinha do ELP para operações navio-terra (O'ROURKE, 2018). Finalmente, a principal aquisição deste período foi, sem dúvida, a compra do porta-aviões Liaoning (Type-001) da Ucrânia, que entrou em serviço ativo pela primeira vez com a Marinha Chinesa em 2012 (O'ROURKE, 2018). É importante notar também que a construção do segundo porta-aviões da China - e primeiro construído de forma autóctone - começou em 2013 com outros dois a quatro porta-aviões adicionais previstos para um futuro não muito distante (XINHUA, 2017; O'ROURKE, 2018). Coletivamente, essas capacidades adicionais fizeram da Marinha da China a maior e mais versátil da região, capaz de “representar um desafio no Pacífico Ocidental à capacidade da Marinha dos EUA de alcançar e manter o controle das áreas oceânicas em tempo de guerra – o primeiro e grande desafio que a Marinha dos EUA enfrentou desde o fim da Guerra Fria” (TWEED & ROJANASAKUL, 2016; O'ROURKE, 2018).

Independentemente dos resultados futuros, os indicadores econômicos e militares chineses sugerem que o equilíbrio de poder está mudando na região do Indo-Pacífico. Embora um grande conflito não possa ser evitado, a “intensa competição” entre os EUA e a China já está tomando forma (MEARSHEIMER, 2010). Em termos inequívocos, a mais recente Estratégia de Segurança Nacional, lançada pelo governo Trump em 2017, afirma que “a China procura deslocar os Estados Unidos na região indo-pacífica, expandir os alcances de seu modelo econômico impulsionado pelo Estado e reordenar a região a seu favor” (NSS, 2017). A Estratégia de Defesa Nacional dos EUA de 2018 reforça essa avaliação afirmando que “a China está alavancando a modernização militar, de modo a influenciar operações e economia predatória para coagir os países vizinhos a reordenar a região do Indo-Pacífico em seu benefício” (NDS, 2018).

Essas interpretações da conduta chinesa comportam-se com o comportamento esperado de um *hegemon* crescente, de acordo com o realismo ofensivo. Uma economia dinâmica

poderosa, um exército terrestre maciço, uma capacidade formidável de projetar poder – essas são as armadilhas de um Estado que procura revisar a atual ordem internacional em vez de continuar a seguir as regras do *statu quo* (MEARSHEIMER, 2001). Mas, se a China pretende criar uma ordem baseada em regras que lhes proporcione uma vantagem sobre outras grandes potências, que meios e formas eles poderiam alavancar para atingir esses objetivos sem ter que absorver os custos de um confronto direto com os EUA?

4.2 Estratégia Chinesa

Em 2014, a China divulgou um livro branco que descrevia sua estratégia militar no contexto de uma ordem internacional volátil caracterizada por “mudanças sem precedentes” (CMS, 2014). O documento descreve, em grande medida, o desejo da China de buscar o "rejuvenescimento nacional" por meios pacíficos. No entanto, também introduz o conceito de "defesa ativa" como a ideia central que conduz o pensamento estratégico chinês contemporâneo, que é definido como: “adesão à unidade de defesa estratégica e ofensa operacional e tática” (CNS, 2014). Talvez inócuo à primeira vista, o livro branco convenientemente deixa a ambiguidade do que constitui um ataque estratégico contra a China. Como exemplo marcante, a reunificação nacional – ou seja, a reintegração de Taiwan na República Popular - é uma tarefa específica para as forças armadas. Mas, não está claro se é um ato sob o limiar da guerra tradicional, como uma venda provocativa de armas a Taiwan ou um lobby agressivo contra uma política de "uma só China", forçando o uso de "ofensivas operacionais e táticas" para o cumprimento desta missão (CMS, 2014). Igualmente, não são claras as formas e meios que seriam empregados se tal ação “ofensiva” fosse considerada necessária.

Embora não esteja incluído no texto da Estratégia Militar da China, o conceito de “guerra irrestrita” está intimamente entrelaçado com o ditado da “defesa ativa”. Originalmente descrito pelos coronéis do ELA Qiao Liang e Wang Xiangsui em seu ensaio de 1999, a guerra irrestrita reconhece que a competição ocorrerá em várias esferas interdependentes e sugere que a ação nos domínios não militares talvez seja a mais efetivo para alcançar objetivos de segurança nacional do que as noções mais tradicionais sobre o uso da força. Ou, usando as próprias palavras dos coronéis:

Está tornando-se obsoleto considerar automaticamente a ação militar como o meio dominante e outros meios sendo secundários e apenas apoiando a ação militar...Liddell Hart também observou esse ponto. Ele se referiu à abordagem de selecionar a linha de menor resistência e a direção de ação menos esperada pelo inimigo como a “aproximação indireta”. Como a arena da guerra se expandiu, abrangendo os aspectos político, econômico, diplomático, cultural e psicológico. Esferas, além das esferas terrestre, marítima, aérea, espacial e eletrônica, a interação entre todos os fatores tornou difícil para a esfera militar servir como a esfera dominante automática em todos os sentidos. A guerra será conduzida em não guerra *i.e.* se quisermos ter vitória nas próximas guerras, devemos estar totalmente preparados intelectualmente para este cenário, ou seja, estar pronto para levar a cabo uma guerra que, afetando todas as áreas da vida dos países envolvidos, pode ser conduzida em uma esfera não dominada por ações militares (LIANG & XIANGSUI, 1999, pg. 168-169, tradução nossa).

Linguagem alusiva a essa ideia do que constitui um meio aceitável para travar a guerra está espalhada por toda a estratégia: operações de informação, ciberespaço, espaço exterior e a necessidade de coordenar esforços militares com os compromissos políticos, econômicos e diplomáticos da China estão inequivocamente acoplados com as ações do ELP (CMS, 2014). Certamente, não há nada novo ou exclusivamente chinês sobre uma “abordagem de todo o governo” à segurança nacional. No entanto, assume uma conotação um pouco diferente quando o governo controla diretamente todos os instrumentos do poder nacional.

Essa mudança do foco na competição militar para a competição em outras esferas talvez seja mais evidente no campo do poder econômico. A atual capacidade produtiva da China alterou os padrões de comércio em praticamente todas as regiões do globo. Mesmo nos EUA,

a demanda por produtos chineses é tão insaciável que a América mantém um déficit comercial com a China que equivale a quase meio trilhão de dólares anualmente (USG, 2018).

Com amplos recursos naturais, uma crescente classe média e um desejo por investimentos estrangeiros, a China não se esquivou de se envolver com a América Latina e o Caribe. Ao contrário da experiência soviética, as economias da China e da América Latina e do Caribe desfrutam de um alto grau de compatibilidade – a China exporta uma grande variedade de produtos acabados para a região e os países latino-americanos exportam *commodities* e recursos naturais (DE SANTIBAÑES, 2009). De fato, em 2003, a China tornou-se o segundo maior parceiro de importação e exportação da região, perdendo apenas para os EUA (BANCO MUNDIAL, 2018). Além disso, entre 2004 e 2016, a China quase triplicou seu percentual de participação de parceiros de 3,04% para 9,01% (BANCO MUNDIAL, 2018). Pequim também é o parceiro comercial número um do Brasil, Peru e Argentina (CAMBERO & SHERWOOD, 2018). Os EUA ainda desfrutam de uma considerável vantagem absoluta na região, com uma participação de 46,11% em 2016, mas isso representa uma queda, pois era de 52,97% em 2004. Isso sugere que a China não só está ganhando terreno na região como possivelmente está fazendo assim às custas dos interesses dos EUA.

Elogiar o crescente comércio da China com a região é um aumento do investimento direto chinês. As empresas chinesas investiram mais de US \$ 110 bilhões na América Latina desde 2003, e nem todos nas indústrias de *commodities* e extração (AVENDANO, 2017). De fato, “mais da metade de todos os investimentos visam o setor de serviços, especialmente transporte, finanças, eletricidade, tecnologia da informação e comunicação (TIC) e energia alternativa” (AVENDANO, 2017). Além disso, até dois terços dos investidores são Empresas Estatais, que “possuem a capacidade de alinhar as tendências econômicas com as prioridades do governo” (AVENDANO, 2017; COYER, 2016). Não é de surpreender que muitas das metas de investimento sejam capazes de dupla utilização civil-militar, como aeroportos e portos, que

ofereçam mobilidade estratégica para as forças chinesas, bem como redes de telefonia celular e computadores, que possam servir como ferramentas de coleta de inteligência. (COYER, 2016; KIDD, 2018).

Perfeitamente alinhado com a “aproximação indireta” defendida no conceito de guerra irrestrita, as evidências sugerem que a China escolheu competir com os EUA em esferas não militares, pelo menos por enquanto. É lógico que, dado o extraordinário crescimento econômico da China nas últimas quatro décadas, o instrumento econômico do poder nacional seja a esfera competitiva preferida de Pequim. Dada a natureza complementar das economias da China e da América Latina e a capacidade da China de investir estrategicamente, Pequim é capaz não apenas de expandir sua influência na região de forma aparentemente não ameaçadora, mas também de estabelecer infraestrutura física, política e humana que poderia servir os seus interesses quando a concorrência se espalhar para outras esferas.

4.3 Estudo de Caso: Iniciativa Faixa e Estrada

A IFE, lançada oficialmente em 2013, serve como um exemplo ideal de como a atividade econômica chinesa permite que Pequim concorra com os EUA sem provocar os tipos de contramedidas que frustraram os esforços soviéticos para desafiar a hegemonia americana durante a Guerra Fria. Um projeto que é tão ambicioso quanto expansivo, a IFE atualmente inclui mais de 65 países, representando 62% da população mundial, 31% do PIB global e 40% da área terrestre do planeta (BRÎNZĂ, 2018). As projeções atuais estimam que os compromissos financeiros chineses com a IFE chegaram a US \$ 890 bilhões e provavelmente excederão US \$ 4 trilhões de dólares ao longo do programa (ECONOMIST, 2016).

Enquanto alguns críticos acreditam que a natureza amorfa da IFE reflete uma falta de visão clara, essa maleabilidade provavelmente será a maior força geopolítica do programa.

Embora normalmente seja visto como sinônimo de infraestrutura, a IFE agora inclui uma série de outras iniciativas, que vão desde finanças e educação à cultura e relações políticas entre os estados (Conselho de Estado, 2015). Mesmo desfiles de moda, concertos e exposições de arte fazem parte da IFE (HILLMAN, 2018). A esse respeito, a IFE tem sido mais apropriadamente descrita como uma estratégia de “branding” ou a aplicação do *smart power* que integra o apelo cultural *soft* com investimentos econômicos *hards* (HILLMAN, 2018; BRÎNZĂ, 2018). Sem definição ou critérios estabelecidos para descrever o que constitui um projeto da IFE, ela realmente pode ser o que a China quiser (HILLMAN, 2018). Assim, a China classificou as atividades em países não-sócios IFE como iniciativas IFE e, embora a IFE tenha sido anunciado oficialmente em 2013, Pequim também inclui projetos que foram iniciados bem antes dessa data nos papéis IFE (HILLMAN, 2018). Por outro lado, essa flexibilidade também permite que os estados que relutem em aderir a IFE oficialmente, *i.e.*, evitando o compromisso de buscar exatamente os mesmos tipos de projetos que a China deseja.

Em maio de 2017, a China oficialmente, embora simbolicamente, estendeu a IFE para as Américas quando representantes da região, incluindo o presidente argentino Mauricio Macri e a presidente chilena Michelle Bachelet, participaram da primeira Cúpula de Faixa e Estrada (BRÎNZĂ, 2018). Em janeiro de 2018, um convite formal para participação foi oferecido aos 33 estados membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), um bloco formado na Venezuela em 2011 que não inclui os EUA e é um claro rival. à Organização dos Estados Americanos (OEA) dominada por Washington (CAMBERO & SHERWOOD, 2018). O apelo da proposta chinesa é óbvio: Pequim oferece um modelo alternativo para o desenvolvimento, bem como recursos financeiros desprovidos de governança e condições de direitos humanos.

Embora o Panamá, estrategicamente importante, tenha sido o único estado a se tornar oficialmente um parceiro da IFE ao assinar um acordo de cooperação, a estrutura nebulosa da

IFE permite que a China e os demais membros da CELAC sigam os mesmos objetivos estratégicos de maneira mais ofuscada. Por exemplo, dificilmente pode ser vista como coincidência que as “Cinco Propostas” apresentadas no Fórum Ministerial China-CELAC espelhem quase exatamente os “Cinco Links” da IFE - cooperação política, desenvolvimento de infraestrutura, investimento e facilitação do comércio, integração financeira, e intercâmbio cultural e social (MYERS & BARRIOS, 2018). Além disso, a China já prometeu US \$ 250 bilhões em investimentos diretos e US \$ 500 bilhões em comércio com a região durante um período de cinco anos, de 2015 a 2019, fornecendo algumas das ferramentas financeiras necessárias para animar projetos IFE - ou "semelhantes a IFE " (DÓLAR, 2017). A agregação desses fatos sugere que, oficialmente ou não, a China já estabeleceu as bases para expandir a IFE em todas as Américas.

Alguns observadores continuam a questionar a viabilidade financeira do IFE ou afirmam que a China está trocando ganhos de curto prazo por benefícios de longo prazo (HURLEY, MORRIS & PORTELANCE, 2018). Essas avaliações “míopes” não reconhecem a sofisticação das atividades estratégicas da China – Pequim está em guerra com os EUA, mas estão alavancando uma esfera não militar para alcançar seus efeitos desejados. A esse respeito, a IFE é “um lobo na pele de ovelha” e um “cavalo de Tróia”. Embora não tenha ocorrido na América Latina, a China já empregou coerção econômica para extrair concessões não-financeiras. No Sri Lanka, por exemplo, o governo foi forçado a abandonar o controle de um porto chinês construído para Pequim depois que ele não pagou suas dívidas às empresas chinesas que construíram as instalações (SCHULTZ, 2017). Da mesma forma, em 2011, a China “supostamente concordou em anular uma quantia desconhecida de dívida do Tajiquistão em troca de cerca de 1.158 quilômetros quadrados de território disputado” (HURLEY, MORRIS & PORTELANCE, 2018). Esses episódios demonstram como a China assumiu o controle da

infraestrutura estratégica e do território soberano de um estado vizinho sem disparar um único tiro.

Evidências de práticas semelhantes na América Latina e no Caribe também já foram expostas. Tanto a Bolívia quanto Cuba viram grandes saldos de dívidas perdoados ou reestruturados pela China, embora os detalhes de cada caso permaneçam opacos (HURLEY, MORRIS & PORTELANCE, 2018). Havana supostamente teve US \$ 6 bilhões em dívidas reestruturadas, para incluir financiamento adicional para um projeto de reabilitação portuária.

4.4 Sucessos Chineses na América Latina

Vale a pena retornar, mais uma vez, à teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer como meio de interpretar o comportamento do Estado chinês contemporâneo na América Latina. Isso sugere que Pequim obteve alguns sucessos, pelo menos em comparação com os esforços de Moscou durante a Guerra Fria. Para começar, é evidente que a China reconhece que ainda não é *hegemon* sua própria região, o que é uma necessidade absoluta, segundo a teoria, se um Estado quiser desafiar efetivamente outro que já ascendeu a essa posição. Dentro da própria região do Indo-Pacífico, a China está afirmando reivindicações de soberania tanto no Mar do sul da China como no Mar da China Oriental que as colocou em conflito com não menos de 10 estados. Embora ainda não seja um conflito militar aberto, a militarização das ilhas chinesas próximas às Ilhas Spratly sugere que os preparativos estão em andamento caso a situação torne-se mais hostil (SCIUTTO, 2015). Além disso, a China está envolvida em disputas territoriais de longa data com a vizinha Índia, Paquistão e Butão (CIA, 2018). E claramente, ainda perdura a questão não resolvida de Taiwan remanescente. O que isso indica? Parando antes de adivinhar as intenções chinesas, esse comportamento é consistente com o de uma grande potência em

ascensão que tenta afirmar seu domínio sobre os seus próximos ao exterior – exatamente a conduta que o Realismo Ofensivo prevê.

A China também parece estar se aproximando da questão de projetar poder através das grandes extensões dos oceanos do mundo de uma maneira um tanto nova – a Iniciativa Faixa e Estrada. Em vez de buscar acesso e basear as permissões de maneira mais convencional, como a tentativa dos soviéticos, a IFE da China está permitindo que Pequim e o ELP estabeleçam uma rede logística ampla, resiliente e indistinguível em todo o mundo. Mais uma vez, referindo-se à diversidade da IFE, fornecendo não apenas infraestrutura pesada (aeroportos, portos de embarque, ferrovias, etc.), mas também a sustentação, na forma de investimentos significativos da China no setor de energia, bem como inteligência, via sua colaboração em tecnologia da informação, bem como a presença de milhares de cidadãos chineses (ou seus falecidos) em nações estrangeiras. A abordagem centrada no militar soviético para estabelecer uma presença na ALC resultou em respostas contundentes dos EUA que eram difíceis de descrever, a exploração da esfera econômica da China criou uma situação em que os EUA, pelo menos neste momento, seriam duramente pressionados para justificar a ação militar. No momento em que a resposta seria defensável, qualquer ação tomada talvez fosse irrelevante.

4.5 Síntese

A rápida transformação que a China realizou nos últimos 40 anos é notável e quase sem precedentes. Essas mudanças radicais melhoraram de uma só vez a vida cotidiana de milhões de cidadãos chineses e levaram Pequim a uma tensa competição geopolítica com vizinhos e potências mais distantes. À medida que a China continua a sua "ascensão" ao *status* de grande potência, é provável que entre em conflito direto com os EUA, na tentativa de revisar a atual ordem internacional. O ideal é que a China busque se estabelecer como uma hegemonia dentro

da região do Indo-Pacífico, o que ofereceria a Pequim a possibilidade de minar a influência dos EUA no Hemisfério Ocidental, enfraquecendo assim a posição global da América. Semelhante a seus antecessores soviéticos, a China desejaria nada mais que acabar com a hegemonia dos EUA.

Para perseguir este objetivo, a China adotou uma abordagem alternativa ao conflito que busca alavancar vantagens em esferas não militares, a fim de alcançar uma variedade de efeitos de segurança nacional. Referida como “guerra irrestrita”, a estratégia chinesa defende uma “abordagem indireta” que “[engloba] as esferas política, econômica, diplomática, cultural e psicológica” e afirma que a aplicação de força predominantemente militar está declinando em utilidade (LIANG & XIANGSUI, 1999). Essa estratégia baseia-se convenientemente na imensa força da economia chinesa, ao mesmo tempo em que explica a relativa fraqueza de suas forças armadas em relação às dos EUA. Além disso, evita os perigos de provocar fortes contramedidas de Washington ao obscurecer os esforços voltados para a defesa – como o acesso, baseando-se, logística e inteligência – com atividades econômicas legítimas. A “Iniciativa Faixa e Estrada” de Pequim é talvez o exemplo quintessencial dessa estratégia na aplicação.

Embora a IFE seja um empreendimento global, sua chegada à ALC é um desenvolvimento relativamente recente. Sendo atualmente o segundo parceiro comercial da região – e o principal parceiro comercial do Brasil, Peru e Argentina – a China está cortejando ativamente os governos de toda a ALC para que participem da IFE. Embora o Panamá tenha sido o único país a se tornar um parceiro oficial, a maleabilidade da IFE pode evitar a necessidade de assinar um acordo formal, já que os estados podem obter todos os benefícios sem serem membros formais. A China continua a investir pesadamente em toda a região em infraestrutura de transporte, TIC, energia renovável e baseada em carbono, bem como acordos comerciais e relações políticas – os quais são classificados como projetos IFE com parceiros oficiais.

Considerando que a viabilidade econômica é certamente uma consideração, não é necessariamente sempre o objetivo final. Como exemplo, as novas relações cordiais entre a China e o Panamá – tradicional aliado convicto dos EUA – fizeram com que aquele país denunciasse seus laços com Taiwan e a favor de uma relação diplomática chinesa. A IFE da China também está adicionando relevância a organizações regionais, como a CELAC, que exclui a participação dos EUA. Por fim, é importante ressaltar que o financiamento chinês, que os governos ocidentais enxergam-nos “sem amarras”, é de fato condicional. Apenas os termos não exigem boa governança, transparência ou ausência de corrupção. Em vez disso, a dívida é usada de maneira coerciva para extrair concessões não-fiscais, como o controle de infraestrutura crítica ou território soberano.

Neste momento, é impossível prever se as ações da China desafiarão ou não a hegemonia dos EUA na ALC. O que deve ser notado é que Pequim parece estar aplicando uma estratégia que é mais inovadora que a dos soviéticos e mais consistente com a teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer.

5 CONCLUSÃO

É difícil saber se a Doutrina Monroe influenciou ou não as ações ou decisões do Presidente Kennedy durante a Crise dos Mísseis de Cuba em 1963, embora sua aparente disposição de arriscar uma guerra nuclear com a URSS esteja perfeitamente alinhada com a natureza absoluta dessa estratégia. Os EUA, sem exceções, não tolerarão outra grande interferência de poder em sua região. Mesmo que um dogma tão inflexível possa parecer extremo ou mesmo desnecessário, dada a considerável vantagem de poder desfrutada pelos EUA, essa política muitas vezes negligenciada forma a base da segurança duradoura da América, e conseqüentemente, da sobrevivência do estado. Esse comportamento tampouco é exclusivo dos EUA. Outras grandes potências também buscam a hegemonia. Eles também buscam enfraquecer as hegemonias estabelecidas para melhorar sua relativa segurança. No caso dos EUA, a URSS durante a Guerra Fria e a China, hoje, tentaram ou estão tentando desafiar a hegemonia da América no Hemisfério Ocidental, particularmente na ALC.

Para explicar esse comportamento, a teoria do Realismo Ofensivo de John Mearsheimer fornece um conjunto útil e explicativo de construções. Primeiramente, Mearsheimer afirma que todos os estados desejam hegemonia. Eles querem ser o estado mais poderoso do sistema, pois é a melhor maneira de garantir a sobrevivência em um ambiente anárquico, onde todos os outros estados possuem a capacidade militar de ameaçar sua existência e você nunca pode ter certeza de suas intenções. Infelizmente, devido às dificuldades inerentes à projeção do poder sobre os oceanos da Terra, Mearsheimer acredita que é impossível que um *hegemon* global exista. O melhor cenário é, conseqüentemente, a hegemonia regional. Além disso, ele sugere que, uma vez que a hegemonia regional tenha sido alcançada, esse estado tentará impedir que outros estados alcancem o mesmo auge. Não é suficiente ser um *hegemon* regional – um estado deve ser o único *hegemon* regional.

Durante a Guerra Fria, a URSS implementou uma estratégia em duas frentes para desafiar a hegemonia dos EUA em toda a ALC, após a Crise dos Mísseis de Cuba. Por um lado, os soviéticos procuraram expandir os laços diplomáticos e econômicos normais, enquanto, por outro lado, fomentavam a revolução e o antiamericanismo através de meios mais ocultos. Enquanto a URSS fez alguns ganhos no início, a estratégia acabou falhando. Como previsto pela teoria de Mearsheimer, a própria URSS, apesar de um estado poderoso, nunca alcançou a hegemonia em sua própria região. Isso significava que os soviéticos nunca poderiam reunir ou concentrar os recursos necessários para deslocar a influência dos EUA na ALC. Além disso, Moscou nunca conseguiu superar o “poder dos mares”, mesmo quando usava os cubanos como interlocutores locais. Coletivamente, essas ações resultaram em um excesso de confiança no instrumento militar do poder nacional, que dadas as vantagens da proximidade, os EUA foram facilmente capazes de impedir.

A China parece ter estudado bem tanto Mearsheimer quanto a experiência soviética. Pequim, *a priori*, reconhece que ainda não alcançou o domínio em sua própria região, que o Realismo Ofensivo acredita ser necessário se um Estado realmente busca destronar outra hegemonia regional. Da mesma forma, os chineses viram os tipos de respostas que os EUA implementariam quando enfrentassem uma ameaça de segurança inequívoca. Assim, a estratégia que parece estar emergindo na América Latina e no Caribe é uma que oculta a vantagem militar com o disfarce de atividade aceitável e normal de estado para estado: cooperação econômica, coordenação de políticas e intercâmbio cultural. Até os dias atuais, a China tem sido capaz de obter algumas pequenas vitórias geopolíticas com essa estratégia, mas se Pequim realmente seguir o manual de Realismo Ofensivo, então a competição está apenas começando.

REFERÊNCIAS

AVENDANO, Rolando; MELGUIZO, Angel; MINER, Sean. *Chinese FDI in Latin America: New Trends with Global Implications*. Atlantic Council report, 2017. Disponível em: <<http://publications.atlanticcouncil.org/china-fdi-latin-america/>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

BERSTEIN, Alvin. *Soviet Defense Spending: The Sparta Analogy*. RAND Corporation, 1989. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/notes/N2817.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

BRÎNZĂ, Andreea. *Redefining the Belt and Road Initiative*. The Diplomat, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/03/redefining-the-belt-and-road-initiative/>>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

CAMBERO, Fabian; SHERWOOD, Dave. *China invites Latin America to take part in One Belt, One Road*. Reuters, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-chile-china/china-invites-latin-america-to-take-part-in-one-belt-one-road-idUSKBN1FB2CN>>. Acesso em: 21 de junho de 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *China, World Factbook*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_ch.html>. Acesso em: 22 de junho 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Soviet Interest in Latin America*. Directorate of Intelligence, 1977. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/19820625.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Soviet Policies and Activities in Latin America and the Caribbean*. Special National Intelligence Estimate, 1982. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/19820625.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Soviet Policy Toward Nicaragua*. Directorate of Intelligence, 1986. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp86t01017r000505420001-4>>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

CHINESE MINISTRY OF DEFENSE. *China's Military Strategy, 2015*. Disponível em: <http://eng.mod.gov.cn/publications/2016-07/13/content_4768294.htm>. Acesso em: 1 de maio 2018.

CHINESE STATE COUNCIL. *Action plan on the Belt and Road Initiative, 2015*. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

COHEN, Saul Bernard. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. Maryland: Rowman and Littlefield, 2015.

CORN, Tony. *Peaceful Rise through Unrestricted Warfare: Grand Strategy with Chinese Characteristics*. Small Wars Journal, 2010. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/blog/journal/docs-temp/449-corn.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

COYER, Paul. *Undermining America While Washington Sleeps: China in Latin America*. Forbes Magazine, 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/paulcoyer/2016/01/31/undermining-america-while-washington-sleeps-china-in-latin-america/#77dd2a36c23f>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

DEPARTMENT OF DEFENSE. *Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030*. Government of Australia, Canberra, 2009. Disponível em: <http://www.defence.gov.au/whitepaper/docs/defence_white_paper_2009.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

DEPARTMENT OF DEFENSE. *Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America*. Government of the United States of America, Washington, D.C, 2018. Disponível em: <<https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 1 de maio de 2018.

DEPARTMENT OF STATE. *Soviet Influence Activities: A report on Active Measures and Propaganda 1986-1987*. Government of the United States of America, Washington, D.C, 2018. Disponível em: <<http://insidethecoldwar.org/sites/default/files/documents/Soviet%20Influence%20Activities%20Active%20Measures%20and%20Propaganda%20August%201987.pdf>>. Acesso em: 1 de junho de 2018.

DE SANTIBAÑES, Francisco. *An End to U.S. Hegemony? The Strategic Implications of China's Growing Presence in Latin America*. Comparative Strategy, 28:1, 2009, 17-36 p.

DINERSTEIN, H. *Soviet Policy in Latin America*. The Rand Corporation, 1966. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_memoranda/RM4967.html. Acesso em: 1 de junho de 2018.

DOLLAR, David. *China's Investment in Latin America*. Brookings, 2017. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/01/fp_201701_china_investment_lat_am.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2018.

ECONOMIST. *Our bulldozers, our rules: China's foreign policy could reshape a good part of the world economy*. The Economist, 2016. Disponível em: <<https://www.economist.com/china/2016/07/02/our-bulldozers-our-rules>>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

GADDIS, John Lewis. *The Cold War: A New History*. New York: Penguin, 2005.

GAT, Anzar. *War in Human Civilization*. Oxford University Press, 2008.

GOVERNMENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *National Security Strategy of the United States*. Washington, D.C., 2018. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905-2.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

HARRISON, M. *The Soviet Union after 1945: Economic Recovery and Political Repression*. Past & Present, Volume 210, Issue suppl_6, 1 January 2011, 103–120 p.

HILLMAN, Jonathon. *China's Belt and Road Initiative: Five Years Later*. Center for Strategic and International Studies, 2018. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/chinas-belt-and-road-initiative-five-years-later-0>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

HURLEY, John; MORRIS, Scott; PORTELANCE, Gailyn. *Examining the Debt Implications of the Belt and Road Initiative from a Policy Perspective*. Center for Global Development, 2018. Disponível em: <<https://www.cgdev.org/sites/default/files/examining-debt-implications-belt-and-road-initiative-policy-perspective.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

JOHNS, Michael. *Lessons from Afghanistan: Bipartisan Support for Freedom Fighters Pays Off*. Policy Review, 1987. Disponível em: <<http://www.unz.com/print/PolicyRev-1987q2-00032/>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

KAPLAN, Robert. *Why John Mearsheimer is Right About Somethings*. The Atlantic, 2012. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2012/01/why-john-j-mearsheimer-is-right-about-some-things/308839/>>. Acesso em: 9 de abril de 2018.

KIDD, Kurt. *Posture Statement of Admiral Kurt W. Tidd Commander, United States Southern Command Before the 115th Congress Senate Armed Services Committee*, 15 February 2018. United States Southern Command. Disponível em: <http://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/Posture%20Statements/SOUTHCOM_2018_Posture_Statement_FINAL.PDF?ver=2018-02-15-090330-243>. Acesso em: 12 de junho de 2018.

KREISLER, Harry. *Conversations with History: Conversation with John Mearsheimer*. University of California, Berkley Interview Series, 2002. Disponível em: <<http://globetrotter.berkeley.edu/people2/Mearsheimer/>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted Warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999. Disponível em: <<https://www.oodaloo.com/documents/unrestricted.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

MEARSHEIMER, John. Official Biography, Official Webpage of John J. Mearsheimer, University of Chicago, 2017. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/biography.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. Norton, New York, 2001.

WESTADE, Ode. *The Cold War: A World History*. Basic Books, New York, 2017.

MYERS, Margaret; BARRIOS, Ricardo. *LAC's Not Part of the Belt and Road, but Does That Matter?* The Dialogue, 2018. Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/blogs/2018/01/lacs-not-part-of-the-belt-and-road-but-does-that-matter/>>. Acesso em: 21 de junho de 2018.

O'ROURKE, Ronald. *China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities—Background and Issues for Congress*. Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>. Acesso em: 1 de junho de 2018.

RINEHART, Ian. *The Chinese Military: Overview and Issues for Congress*. Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R44196.pdf>>. Acesso em: 1 de junho de 2018.

SCHULTZ, Kai. *Sri Lanka, Struggling with Debt, Hands a Major Port to China*. The New York Times, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/12/world/asia/sri-lanka-china-port.html>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

SCIUTTO, Jim. *Exclusive: China warns U.S. spy plane*. CNN, 2015. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2015/05/20/politics/south-china-sea-navy-flight/>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

TWEED, David; ROJANASAKUL, Mira. *The Great Asian Arms Buildup China's Military Expansion, South China Sea to Dominate Shangri-La Dialogue*. Bloomberg News, 2016. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/graphics/2016-shangrila/>>. Acesso em: 1 de junho de 2018.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. *Foreign Trade: Trade in Goods with China, 2018*. United States Department of Commerce, Washington, D.C, 2018. Disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

WILSON, Michael. *A Ten-Point U.S. Program to Block Soviet Advances in Latin America*. The Heritage Foundation, 1988. Disponível em: <<https://www.heritage.org/americas/report/ten-point-us-program-block-soviet-advances-south-america>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

WORLDBANK. *World Integrated Trade Solution Tool*. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/LCN/Year/2003/Summary>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

XINHUA NEWS. *China Launches Second Aircraft Carrier*. Xinhua News, 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2017-04/26/c_136237552.htm>. Acesso em: 1 de junho de 2018.

YING, Fu. *Answering Four Key Questions about China's Rise*. The Huffington Post, 2014. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.com/fu-ying/china-rise-questions_b_6004658.html>. Acesso em: 26 May 2018.